

U

LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



Relatório e Contas da Reitoria

Maio 2015

INDICE

Missão, Organização e Estrutura da Reitoria.....	3
Missão	3
Organização	3
Estrutura Orgânica	4
Síntese das Atividades desenvolvidas pela reitoria	5
Recursos Humanos.....	11
Relatório de Contas.....	12
Análise Orçamental.....	12
Receita	12
Despesa.....	15
Análise Patrimonial	18
Análise do Balanço	18
Análise da Demonstração de Resultados.....	22
Evolução dos Indicadores de Solvabilidade e Liquidez	24

MISSÃO, ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA REITORIA

MISSÃO

Os Serviços Centrais da Universidade de Lisboa (SCUL) coordenam, organizam e apoiam todas as entidades que compõem a Universidade de Lisboa (ULisboa), nas diversas áreas de atividade e de suporte à equipa reitoral, sem prejuízo das competências dos órgãos de governo próprios das Escolas. A Reitoria partilha esta missão, em estreita articulação com os Serviços Centrais.

ORGANIZAÇÃO

A Reitoria (RUL) faz parte dos SCUL que compreendem também os Serviços Partilhados, o Estádio Universitário de Lisboa (EUL) e as Unidades Especializadas. Esta organização funcional faz-se mediante a utilização conjunta de meios, atribuições e competências e sem prejuízo da autonomia própria dos Serviços Autónomos, prevista nos Estatutos da Universidade.

O Reitor da ULisboa é o órgão superior de governo, de direção e de representação externa da Universidade sendo também o dirigente máximo dos Serviços Centrais. É coadjuvado por Vice-Reitores e por Pró-Reitores, que exercem as suas funções no âmbito das competências neles delegadas, acompanhando e coordenando diretamente as atividades da Universidade e dos SCUL.

O Reitor coordena todas as ações inerentes ao processo governativo da ULisboa de acordo com as competências definidas nos Estatutos e pelas que lhe foram cometidas pela tutela. Entre outras, cabe-lhe presidir ao Conselho de Coordenação Universitária, ao Senado e ao Conselho de Gestão dos SCUL.

A Administradora, para além de ser vogal do Conselho de Gestão, assegura a coordenação geral da administração da Universidade e coordena, sob direção do Reitor a quem reporta hierarquicamente, as unidades operativas integradas nos SCUL, sendo coadjuvada nas suas funções pelos Diretores Executivos da Reitoria e dos Serviços Partilhados, e pelo Presidente do EUL.

No Diretor Executivo da Reitoria estão subdelegadas, pela Administradora, responsabilidades diversas no âmbito do Gabinete de Avaliação e Garantia da Qualidade, do Gabinete de Estudos e Planeamento, do Departamento de Assuntos Académicos, do Departamento de Relações Externas e Internacionais, do Gabinete de Apoio ao Reitor e da Área de Documentação, Arquivo e Expediente, todas elas unidades operativas dos SCUL.

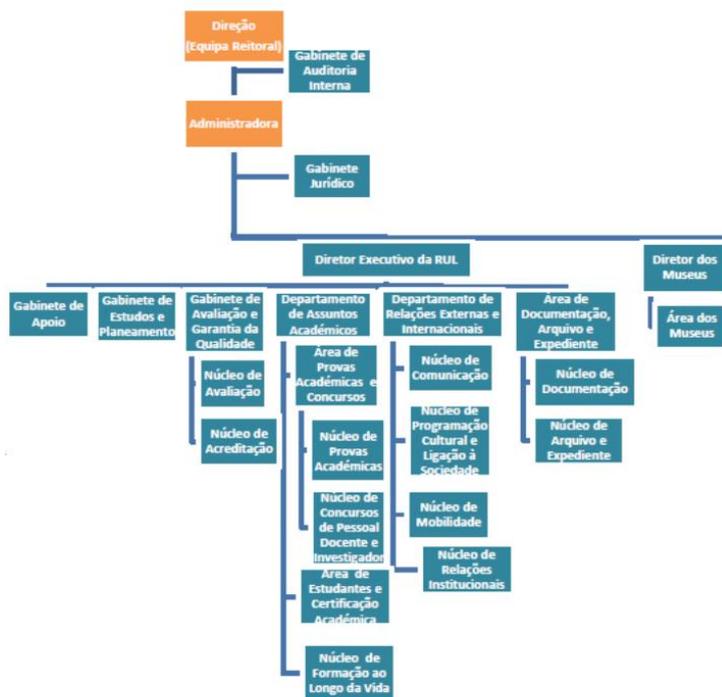
As Unidades Operativas dos SCUL são designadas por Gabinetes, Departamentos e Áreas. Fazem parte da Reitoria as seguintes Unidades:

- a) O Gabinete de Apoio;
- b) O Gabinete de Auditoria Interna;
- c) O Gabinete de Avaliação e Garantia da Qualidade;
- d) O Gabinete de Estudos e Planeamento;
- e) O Gabinete Jurídico;
- f) O Departamento de Assuntos Académicos;
- g) O Departamento de Relações Externas e Internacionais;
- h) A Área dos Museus
- h) A Área de Documentação, Arquivo e Expediente.

ESTRUTURA ORGÂNICA

A organização dos SCUL está consagrada no Despacho nº 14600/2013, publicado no DR, 2ª série, nº 219, de 12 de novembro de 2013. A Figura 1 apresenta o organograma da Reitoria.

Figura 1: Organograma da RUL a 31 de dezembro de 2014



SÍNTESE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA REITORIA

O **Gabinete de Apoio (GA)** tem por principal missão apoiar o Reitor, a Equipa Reitoral e a Administração dos SCUL.

Paralelamente, é também o GA que apoia administrativamente os restantes órgãos da ULisboa, nomeadamente o Conselho Geral, o Conselho de Gestão, o Conselho de Coordenação Universitária e o Senado. O GA deu também apoio administrativo ao Provedor do Estudante. Em 2014, este Gabinete prestou apoio no concurso para a criação de Colégios da ULisboa.

É no GA que se encontra a Assessoria de Imprensa da Equipa Reitoral que também gere o serviço de *clipping* à Universidade.

Ao **Gabinete de Auditoria Interna (GAI)** compete apoiar a gestão, contribuindo para a melhoria do desempenho, para um sistema de controlo eficaz e para a promoção da qualidade, acompanhando, com independência técnica, a organização e funcionamento dos serviços.

Em 2014, ao nível da organização do Gabinete, foram concebidos alguns novos instrumentos como o Código de Ética da Auditoria Interna ou o Estatuto da Auditoria Interna.

Das atividades desenvolvidas pelo GAI no âmbito do apoio à gestão da avaliação do sistema de controlo interno, merecem destaque: (i) a preparação do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, Corrupção e Infrações Conexas; (ii) a análise e revisão dos manuais de procedimentos elaborados para adequação à nova realidade organizacional dos SCUL; (iii) a implementação de processos para a integração de Unidades especializadas em Escolas da ULisboa e o respetivo acompanhamento; (iv) a colaboração nos procedimentos de contratação de serviços de auditoria externa para os exercícios de 2013 e de 2014; (v) o acompanhamento da auditoria externa ao exercício de 2013; (vi) a colaboração na revisão do Relatório e Contas Consolidadas da UTL, do ano de 2012 e, (vii) o processo de contratação de serviços de fiscal único.

O **Gabinete de Avaliação e Garantia da Qualidade (GAGQ)** tem por missão assegurar as atividades relacionadas com a avaliação e acreditação dos ciclos de estudos ministrados pelas Escolas da ULisboa e assegurar o apoio técnico e administrativo às iniciativas promovidas pelo Conselho de Garantia da Qualidade, sendo formalmente constituído por dois núcleos: o de Avaliação e o de Acreditação.

O desenvolvimento das atividades e projetos do Gabinete tem sido orientado em torno de 6 eixos de atuação: (i) Suporte ao funcionamento do GAGQ; (ii) Gestão da Oferta Formativa da ULisboa; (iii) Promoção de processos de garantia da qualidade; (iv) Participação em redes e grupos de trabalho; (v) Projetos e estudos – Qualidade ULisboa e (vi) Comunicação – Qualidade ULisboa.

No primeiro eixo, assumem relevância as ações estruturantes ao bom funcionamento do Gabinete como a elaboração: (i) do Manual e do Plano da Qualidade da ULisboa; (ii) dos manuais de procedimentos de criação e acreditação, alteração e extinção de ciclos de estudos; (iii) do Regulamento do Sistema Integrado da Gestão da Qualidade (SIGQ) da ULisboa.

O segundo eixo decorre das atribuições relacionadas com a gestão da oferta formativa, que são desenvolvidas em permanente articulação com as 18 Escolas da Universidade, com a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) e com a Direção Geral do Ensino Superior (DGES), destacando-se o papel do GAGQ na gestão dos processos de criação, acreditação, registo, avaliação, alteração e extinção dos diversos ciclos de estudos.

Em relação à promoção de processos de avaliação e garantia da qualidade são dignos de realce: (i) os questionários construídos para a avaliação das unidades curriculares; (ii) a avaliação da satisfação do pessoal não docente, dos

serviços da Reitoria; (iii) a criação de um plano geral de inclusão, no âmbito da rede de Estudantes com Necessidades Educativas Especiais (ENEE).

Em relação à participação em redes e grupos de trabalho, salienta-se, em 2014, a participação no Grupo de Trabalho para a Qualidade no Ensino Superior da Comissão Sectorial para a Qualidade na Educação e Formação (GT2-CS11) e a participação no Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiências no Ensino Superior (GTAEDES).

No que diz respeito aos projetos e estudos no âmbito da qualidade na ULisboa, o GAGQ participou, entre outros, no Protocolo Study in Lisbon, celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), através da constituição de uma base de dados sobre a oferta formativa da ULisboa dirigida a estudantes internacionais (cursos conferentes e não conferentes de grau) ou no Projeto “Inovação pedagógica no ensino superior: e-learning e tecnologias digitais” (projeto financiado pela FCT).

Por último, no sexto eixo, foi feita uma proposta de comunicação para a Qualidade ULisboa, que incluía: (i) o portal da ULisboa; (ii) a gestão e atualização do site da QualidadeUL; (iii) a criação da página da Qualidade ULisboa no Facebook; (iv) a Newsletter QualidadeULisboa. Continuou também a ser feita a divulgação da oferta formativa conferente de grau da ULisboa e a gestão do Portal de Emprego.

O **Gabinete de Estudos e Planeamento** (GEP) tem por atribuições a elaboração dos estudos necessários à tomada de decisão e o apoio à melhoria da qualidade e eficácia do planeamento estratégico e operacional da Universidade.

Em 2014, a atuação do GEP orientou-se de acordo com 4 grandes áreas de intervenção: (i) Apoio ao planeamento estratégico e operacional da ULisboa; (ii) Acompanhamento e apoio no preenchimento de bases de dados; (iii) Realização de estudos e análises e (iv) Participação em Redes e Projetos.

No âmbito do apoio ao planeamento estratégico e operacional destacam-se: (i) Elaboração de proposta de plano estratégico para a ULisboa 2014-2017; (ii) Colaboração na elaboração dos Relatórios de Gestão e Contas de 2012 e 2013; (iii) Elaboração do Plano de Atividades de 2014 dos SCUL; (iv) Elaboração do QUAR 2014 dos SCUL e (v) Elaboração de um ficheiro agregado de indicadores de desempenho da ULisboa.

No âmbito do acompanhamento e apoio no preenchimento de bases de dados, feito em articulação com as diversas Escolas, importa realçar o apoio prestado na transposição de informação para a plataforma INDEZ ou o apoio às Escolas no preenchimento da plataforma PRIES do “Registo Biográfico de Docentes do Ensino Superior”, incluída no REBIDES 2013.

Nos estudos e análises, que constituiu parte significativa do trabalho desenvolvido pelo Gabinete em 2014, destacam-se: (i) Análise do RAIDES 2013; (ii) Estudo sobre os resultados do acesso 1ª e 2ª fase da candidatura de 2014; (iii) Estudo de análise das preferências dos alunos colocados na ULisboa (por cursos e Escolas); (iv) Estudo comparativo dos alunos colocados na ULisboa, face aos colocados noutros estabelecimentos de ensino superior portugueses; (v) Recolha de elementos relativos à ULisboa (Escolas e dados gerais da Universidade) para o estudo da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) sobre a Área Metropolitana de Lisboa; (vi) Apoio à participação da ULisboa nos Rankings Times Higher Education (THE), e Shangai (ARWU), incluindo o respetivo levantamento de dados; (vii) Preparação e remessa dos dados relativos ao Multirank 2015 e análise sobre os indicadores do ranking e do seu peso relativo.

No âmbito da participação do GEP em Redes e Projetos: (i) Participação no Projeto “Acesso, Sucesso e Insucesso. PER... cursos estudantis no ensino Superior Público” (em conjunto com a UMinho, UPorto, CIPES e UÉvora) e (ii) Apoio ao projeto do CRUP “Inserção profissional de diplomados em Portugal: sistematização das metodologias utilizadas nas universidades e construção de um guião-modelo para coleta de dados a nível nacional”.

O **Gabinete Jurídico** (GJ) presta serviços de apoio jurídico e contencioso. O GJ tem como principal característica a sua transversalidade técnico-jurídico e administrativa no apoio prestado à Equipa Reitoral e às Unidades Orgânicas da

ULisboa, designadamente no que diz respeito às carreiras docente e de investigação, ao apoio na ligação da Universidade à Sociedade e ao apoio prestado através de consulta jurídica e defesa de processos de contencioso que envolvam a ULisboa ou qualquer uma das suas unidades orgânicas.

Carateriza-se especificamente pela prestação de apoio técnico-jurídico à equipa Reitoral e às Escolas, designadamente através da participação em procedimentos de contratação pública, da colaboração prestada através de consulta jurídica e de intervenção em processos de contencioso nas diversas matérias ligadas ao funcionamento e atividade da ULisboa.

O GJ realiza ainda estudos, pareceres e informações de carácter jurídico sobre assuntos relacionados com a atividade dos SCUL e restantes Unidades Orgânicas da Universidade.

São também da competência do GJ, a preparação de contratos, minutas de escrituras e outra documentação de carácter legal, a divulgação de legislação pertinente, a organização e instrução de inquéritos e processos de natureza disciplinar e ainda a realização de toda e qualquer atividade enquadrável no âmbito jurídico.

Assim, em 2014, o GJ desenvolveu as seguintes atividades: (i) Elaborou 268 informações/pareceres; (ii) Participou em 110 processos contenciosos; (iii) Elaborou 489 ofícios; (iv) Exarou 30 despachos e deliberações; (v) Apoiou 2 processos de inquérito; (vi) Apoiou 2 processos disciplinares; (vii) Instruiu 5 processos disciplinares.

O **Departamento de Assuntos Académicos (DAA)** acompanha, no domínio técnico e administrativo, as matérias de âmbito académico, designadamente, as relativas ao regime escolar dos alunos e às provas académicas e concursos para a contratação do pessoal docente e investigador, dando apoio aos órgãos da Universidade e das Escolas em todas as matérias correlacionadas com as suas competências.

O DAA compreende as Áreas de Provas Académicas e Concursos e de Estudantes e Certificação Académica e o Núcleo de Formação ao Longo da Vida. A Área de Provas Académicas e Concursos compreende, por sua vez, os Núcleos de Provas Académicas e de Concursos de Pessoal Docente e Investigador, sendo a Coordenação deste último assegurada pela Coordenadora da Área.

Em 2014, no âmbito das funções que estão atribuídas estatutariamente ou que lhe são confiadas por necessidades de serviço, foi desenvolvido um largo conjunto de ações, de entre as quais se destacam as seguintes: (i) Participar na consolidação da regulamentação académica da ULisboa com vista à uniformização e melhoria de procedimentos; (ii) Apoiar as Escolas e outros interessados nas áreas de competência do DAA: acesso, creditação (académica e de experiência profissional), certificação, reconhecimento de habilitações estrangeiras, bolsas de mérito escolar, provas académicas, cotutelas e título de doutoramento europeu, concursos de pessoal docente e investigador; (iii) Harmonizar os processos de seleção dos Maiores de 23; (iv) Produzir indicadores estatísticos; (v) Promover a Formação Pedagógica para docentes; (vi) Promover cursos livres no âmbito do Programa de Formação Universitária para Seniores; (vii) Promover a ligação às Escolas através do GATUL (Grupo Técnico de Apoio à Universidade de Lisboa) Académicos; (viii) Assegurar o funcionamento do Gabinete de Acesso ao Ensino Superior (GAES) da ULisboa.

O **Departamento de Relações Externas e Internacionais (DREI)** gere a imagem institucional da ULisboa e apoia as atividades de internacionalização da Universidade, de acordo com a estratégia e diretrizes emanadas da Equipa Reitoral.

O DREI é composto por 4 núcleos: o Núcleo de Comunicação (NC), o Núcleo de Programação Cultural e Ligação à Sociedade (NPCLS), o Núcleo de Mobilidade (NM) e o Núcleo de Relações Institucionais (NRI).

Da atividade desenvolvida pelo NC em 2014, merecem destaque as diversas campanhas de comunicação: (i) Futurália 2014; (ii) Projeto 189 – Universidade de Lisboa em bicicleta; (iii) Campanha de acesso dos M23; (iv) Campanha do Office 365 para estudantes da ULisboa e (v) Campanha de comunicação do Verão na ULisboa.

No que diz respeito à atividade do NPCLS importa referir a continuação do desenvolvimento e dinamização de diversas atividades e projetos culturais da ULisboa como: (i) o Concerto da Primavera; (ii) a Exposição 40 anos do 25 de abril; (iii) o FATAL 2014; (iv) o ciclo de Cinema na Reitoria; (v) a Ópera Rigoletto e (vi) a Gala de Ópera.

Relativamente à atividade do NM, destacam-se: (i) A gestão da participação da ULisboa no Programa PROALV - SubPrograma ERASMUS; (ii) Gestão dos Consórcios ERASMUS – Tec FLOW e Erasmus Al Sud; (iii) Promoção da participação da ULisboa nas várias ações do novo Programa Erasmus+; (iv) Organização de cursos de línguas para estudantes estrangeiros, que decorrem da política de internacionalização da Universidade; (v) Gestão das Mobilidades ao abrigo de Protocolos; (vi) Gestão do Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI); (vii) Gestão do Centro de inscrição da International Association for the Exchange of Students for Technical Experience (IAESTE); (viii) Gestão do Programa de mobilidade Almeida Garrett; (ix) Gestão do alojamento de estudantes estrangeiros.

Por sua vez o NRI desenvolveu as seguintes atividades: (i) Gestão dos protocolos ULisboa; (ii) Organização e acompanhamento de visitas de missões internacionais à ULisboa com o objetivo de potenciar a cooperação efetiva entre a ULisboa e as instituições internacionais; (iii) Coordenação das atividades desenvolvidas no âmbito das redes e associações internacionais ligadas ao Ensino Superior; (iv) Organização das representações da ULisboa em missões internacionais no âmbito de protocolos ou parcerias estratégicas; (v) Apoio às atividades de internacionalização da ULisboa.

Á **Área de Documentação, Arquivo e Expediente** (ADAE) compete coligar e facultar a documentação necessária à gestão da Universidade, à preservação, ao tratamento técnico, à avaliação e difusão do património bibliográfico e documental, à gestão do expediente, à elaboração e atualização dos arquivos, ao estabelecimento e aplicação de critérios e instrumentos de gestão de documentos.

Das atividades e projetos realizados destacam-se: (i) a prestação pelos SCUL de serviços especializados às diferentes Escolas e Unidades Orgânicas através da consolidação de contratos e protocolos herdados; (ii) a promoção de novos processos de contratação transversais; (iii) a prestação do serviço de correio interno; (iv) a gestão de correspondência; (v) a promoção da qualidade do catálogo integrado para os SCUL e Escolas aderentes; (vi) a prestação de serviços de referência e leitura, consulta e reprodução de documentos ao Cidadão, Comunidade ULisboa e Unidades dos SCUL ou ainda (vii) a criação de serviços de helpdesk ao Expediente e Bibliotecas das Escolas da Universidade.

A constituição e apoio à coordenação do Conselho dos Arquivos e das Bibliotecas ULisboa, bem como a participação nos grupos de trabalho do projeto comum para as universidades portuguesas no âmbito da MEF - macro estrutura funcional da administração pública, constituem os projetos chave para a promoção de uma política de comunicação da marca Universidade de Lisboa no âmbito arquivístico e biblioteconómico.

A avaliação e melhoria da qualidade dos processos de gestão foi impulsionada pela produção de instrumentos de gestão documental e bibliográfica para os SCUL com enfoque no manual de procedimentos, normas de corrupção e conflitos de interesse, normas de registo, entrega e confidencialidade de documentos e informação, normas sobre os direitos e deveres na utilização de recursos e infraestruturas e de parecer sobre o acesso, reprodução e difusão de informação e documentação administrativa e nominativa.

A promoção de ações de divulgação da ciência produzida na Universidade através do acesso público à ciência e da valorização da cultura científica concretizou-se através da realização de ações, da participação em eventos e na sua organização, no âmbito arquivístico e biblioteconómico.

A (re)alocação de equipa e espaços físicos afetos à ADAE, o estudo de integração de depósitos transversais e normalizados, a criação de um espaço comum para atendimento à comunidade académica e cidadão, bem como a implementação de infraestruturas transversais para áreas de tratamento documental, limpeza e estabilização de

documentação de arquivo e bibliográfica constituem as atividades predominantes na reabilitação e beneficiação das infraestruturas da ULisboa.

A melhoria das infraestruturas, e a evolução dos sistemas tecnológicos e administrativos da Universidade pela integração de sistemas de gestão de bibliotecas, para um único sistema de gestão de bibliotecas para as Escolas ULisboa, foi promovida através da aferição e diagnóstico dos sistemas de gestão, de parecer sobre os sistemas integrados de gestão das Bibliotecas existentes, bem como do estudo de mercado para o desenvolvimento de um sistema de gestão de Bibliotecas em Open source.

A **Área dos Museus** (AM) coordena o pessoal que presta serviço nos Museus da ULisboa / Museu Nacional de História Natural e da Ciência, em articulação com a respetiva Direção. Os seus fins e atividades revestem-se de um caráter científico, pedagógico e cultural e são desenvolvidas nos termos dos estatutos da Unidade Especializada dos Museus, conforme definido nos Estatutos da ULisboa.

O Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUHNAC) recebeu, em 2014, um total de 157.101 visitantes, distribuídos entre o edifício principal, o Jardim Botânico (cerca de 60% dos visitantes) e as atividades do Serviço Educativo. A variação dos públicos do Jardim e do Serviço Educativo (SEAC) apresentou uma grande sazonalidade, com acentuado decréscimo nos meses de novembro a março no Jardim Botânico e um pico nos públicos do SEAC de janeiro a maio.

Além das exposições permanentes do Laboratório e Amphiteatro Chimico e do Jardim Botânico, o Museu manteve abertas ao público uma dezena de exposições de longa duração. Foram realizadas intervenções de fundo em vários espaços, incluindo a reestruturação da secção de ictiologia da exposição “Coleções de naturalista” (Sala da Baleia, junho 2014), a musealização dos nichos do átrio e a exposição do “Objeto do Mês”.

O Museu também colaborou na itinerância da exposição “Insetos em Ordem”, integrada no programa “O Mundo na Escola”, do Ministério da Educação e da Ciência, e disponibilizou 4 exposições itinerantes, na Gruta da Moeda, no Centro Ciência Viva da Floresta e no Centro Ciência Viva de Lagos.

No conjunto de eventos e atividades organizadas pelo Museu em 2014, destacamos pela sua importância: (i) a Noite Europeia dos Investigadores, com cerca de 2.000 visitantes numa só noite (ii) a XXVIII Feira Internacional de Minerais, Gemas e Fósseis com 5.128 visitantes; (iii) o Teatro no Museu, em parceria com diversos grupos de teatro.

Foram ainda realizados outros tipos de eventos, onde se incluem, respetivamente: (i) O Ciclo Objeto/Tema do Mês; (ii) Os Programas comemorativos; (iii) As Atividades do Serviço de Educação e Animação Cultural destinadas a grupos escolares e famílias; (iv) Os Ciclos de conferências e eventos científicos.

No que respeita à Educação e Difusão da Cultura Científica, em 2014 encontravam-se em execução no MUHNAC dois projetos de Educação e Difusão da Cultura Científica. Também em 2014 o MUHNAC incorporou nas suas coleções históricas e de história natural 7.485 novos exemplares e 30.000 novos registos de sons.

As coleções e os arquivos do MUHNAC foram estudados por 105 investigadores-visitantes, nacionais e estrangeiros, totalizando cerca de 420 dias na Instituição, mantendo-se a colaboração com diversas instituições, incluindo vários antigos liceus e escolas da Universidade de Lisboa, no sentido da valorização das suas coleções científicas e histórico-científicas.

O MUHNAC continuou o levantamento do património científico e artístico integrado na ULisboa ao abrigo da fusão em 2013 no sentido de divulgar e preservar o património cultural da Universidade de Lisboa. O Museu desenvolveu também atividades de conservação e gestão das suas coleções científicas e histórico-científicas, acervos bibliográficos e documentais, que totalizam cerca de 800 mil objetos, desde os séculos XVII ao XXI.

No que se refere às atividades de investigação e desenvolvimento, em 2014 encontravam-se em execução no MUHNAC nove projetos, centrados no desenvolvimento das coleções científicas, estudo da biodiversidade, e na educação e difusão da cultura científica, dois dos quais com financiamento internacional (H2020, “Millenium Seed Bank”) e quatro com financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia. No âmbito da investigação e desenvolvimento existem ainda parcerias com a Fundação Calouste Gulbenkian, Agência Ciência Viva e Comunidade Intermunicipal Alentejo Litoral.

RECURSOS HUMANOS

A distribuição de Recursos Humanos da Reitoria, em 31 de dezembro de 2014, pelas suas 8 Unidades Operativas e Área dos Museus, é a que se pode observar no Quadro 1.

Quadro 1: Distribuição do Pessoal da Reitoria por unidades operativas a 31 de dezembro de 2014

Administração e Unidades Operativas da RUL	Dirigente	Téc. Superior	Informática	Coord. Técnico	Assist. Técnico	Assist. Operacional	Outro	TOTAL
Reitor, Vice-reitores, Pró-Reitores e Administração	12							12
Gabinete de Apoio		2			3	3		8
Gabinete de Auditoria Interna	1	1						2
Gabinete de Avaliação e Garantia da Qualidade	1	4			1			6
Gabinete de Estudos e Planeamento	1	8						9
Gabinete Jurídico		7			1			8
Departamento de Assuntos Académicos	5	6		2	7			20
Departamento de Relações Externas e Internacionais	5	12			1	1		19
Área dos Museus	1	19			16	6	1	43
Área de Documentação, Arquivo e Expediente	3	5	1	1	6	4		20
Sub Total	29	64	1	3	35	14	1	147
Outras situações		5			3	2	29	39
TOTAL RUL	29	69	1	3	38	16	30	186

Fonte: INDEZ 2014 e DRH (Notas)

Notas:

Reitor, Vice-reitores, Pró-Reitores e Administração - dirigentes: inclui o Reitor, 4 Vice-Reitores e 5 Pró-Reitores, 1 Diretor Executivo e 1 Administradora; técnicos superiores: inclui 3 funcionários do Instituto Confúcio e 2 funcionários que exercem funções noutras escolas; assistentes técnicos: consideraram-se 3 funcionários a exercer funções noutras escolas; assistentes operacionais: consideraram-se 2 funcionários a exercer funções noutras escolas; outros: considerou-se 24 investigadores suportados pela Reitoria e 5 investigadores dos museus num total de 29 pessoas;

Área dos museus - outros: considerou-se 1 professor associado (Diretor)

Não foram considerados neste quadro: os Estagiários PEUL (2), os Estagiários IEPF (12) e os Avençados ou Tarefairos (2) e os Bolseiros de Investigação (22). No total, os recursos afetos à Reitoria correspondem a 224 unidades (186 + 38).

Em relação às categorias profissionais, destacam-se os técnicos superiores que representam 37% do conjunto dos trabalhadores da Reitoria, seguida dos assistentes técnicos com 20%. Os dirigentes e as outras situações correspondem, cada, a 16% do total, e os assistentes técnicos, os coordenadores técnicos e o pessoal da informática representam a restante percentagem.

Conforme havia ficado definido no Plano de Atividades da Universidade de Lisboa para 2014, existia a necessidade de serem lançados processos de mobilidade interna, com vista a garantir uma gestão mais equilibrada dos recursos humanos disponíveis. A RUL, em virtude de reestruturações efetuadas nas diferentes unidades operativas, registou forte redução dos recursos humanos que lhe estão afetos. Considerando o balanço entre entradas e saídas, a RUL teve uma redução de 99 pessoas ao longo do ano.

RELATÓRIO DE CONTAS

ANÁLISE ORÇAMENTAL

RECEITA

Para o desenvolvimento e a concretização das suas atividades a Reitoria (RUL) utilizou as seguintes fontes de financiamento:

- 311 – Orçamento do Estado;
- 319 – Transferências da Administração Pública;
- 440 – Financiamento UE.
- 510 – Receitas Próprias;
- Outras Fontes de Financiamento.

O quadro seguinte apresenta a estrutura da receita, dividida pelas respetivas fontes de financiamento, e nestas reunindo os valores da previsão inicial, da previsão corrigida e, finalmente, da receita líquida cobrada.

							Euros
Dotação inicial e final por Fonte de Financiamento	Previsão Inicial	Peso previsão inicial no total	Previsão Corrigida	Peso previsão corrigida no total	Receita Cobrada Líquida	Peso receita cobrada líquida no total	Grau de Execução
Orçamento do Estado (FF311)	11.887.155	60,0%	12.796.970	51,9%	12.257.452	56,7%	95,8%
Transferências da Administração Pública (FF319)	2.481.974	12,5%	3.470.622	14,1%	2.750.305	12,7%	79,3%
Financiamento UE (FF400)	2.326.133	11,7%	2.862.732	11,6%	2.360.855	10,9%	82,5%
Receitas Próprias (FF510)	2.611.715	13,2%	4.664.744	18,9%	3.927.840	18,2%	84,2%
Outras fontes de financiamento	513.873	2,6%	855.976	3,5%	308.914	1,4%	36,1%
Total Receita de Funcionamento	19.820.850	100,0%	24.651.044	100,0%	21.605.366	100,0%	87,6%
Receitas de Investimento							
Orçamento do Estado (FF311)	800.000	100,0%	800.000	100,0%	700.000	100,0%	87,5%
Total Receita de Investimento	800.000	100,0%	800.000	100,0%	700.000	100,0%	87,5%
Total Receita RUL	20.620.850		25.451.044		22.305.366		87,6%

Fonte: Mapa de Controlo Orçamental da Receita 2014

O Orçamento de Estado representou na previsão inicial 60,0% do total da Receita de Funcionamento, assumindo deste modo o maior destaque nesta Receita, tendo sido corrigido para um valor relativo de 51,9%. A 31 de dezembro a Receita Cobrada Líquida representou 56,7% do total da Receita de Funcionamento, correspondente a um grau de execução entre a previsão corrigida e a cobrança efetiva de 95,8%, devido exclusivamente ao valor das cativações ocorridas.;

As Transferências da Administração Pública representavam na previsão inicial 12,5% do total da Receita de Funcionamento, e passaram para uma percentagem de 14,1% na Previsão Corrigida. O valor da previsão corrigida, que é bastante superior ao da previsão inicial, resulta da não confirmação da totalidade das informações prestadas pela FCT (de financiamento para o programa ciência, bolsas de doutoramento), motivo pelo qual a taxa de execução se cifrou em apenas 79,3%; refira-se que o elevado montante da receita cobrada líquida desta fonte de financiamento fica a dever-se praticamente na sua totalidade à FCT (2.736.467€).

Quanto ao Financiamento da UE, a previsão inicial representava 11,7% do total da Receita de Funcionamento, passando para um peso de 10,9% se considerarmos a receita cobrada líquida. O grau de execução desta fonte de financiamento, que compara a receita cobrada líquida com a previsão corrigida, atingiu os 82,5% em virtude do atraso verificado em alguns projetos.

Nesta fonte de financiamento estão incluídos os montantes de incentivo para a Modernização Administrativa e Tecnológica da ULisboa, para 2014 relativos ao projeto SAMA 3 e SAMA 4, cujo valor recebido foi de apenas 79.000€ face aos 453.258€ previstos, devido a alterações relativas à evolução técnica destes projetos.

As Receitas Próprias representavam inicialmente 13,2% do total da Receita de Funcionamento, evoluíram para um valor corrigido de 18,9% daquele total da Receita e representaram efetivamente uma cobrança efetiva de 18,2% do total da respetiva Receita de Funcionamento (um grau de execução da cobrança sobre o corrigido de 84,2%);

As Outras Fontes de Financiamento incluíam as receitas previstas e corrigidas que advinham de projetos de investigação com os Municípios (no valor de 23.100€), que não vieram a concretizar-se, da Faculdade de Arquitetura (no valor de 440.000€), relativas a verbas que se aguardava que fossem transferidas para a RUL (das quais apenas se concretizou o valor de 5.150€), bem como uma verba dos Serviços de Ação Social da ULisboa (no valor de 38.338€) respeitantes à taxa de esgotos da Cantina I, totalizando o o valor de 501.438€. Por todos estes factos apenas se concretizou a cobrança de 5.150€ o que justifica a baixa taxa de execução.

De mencionar, ainda, que estava previsto, tanto inicialmente como na correção, o valor do projeto de investigação Welcome 2, no montante de 50.773€ cuja cobrança foi registada e concretizada na FF 319.

Deste modo o total da Receita de Funcionamento passou dos 19.820.850€ na previsão inicial para a corrigida de 24.651.044€, mas com uma cobrança efetiva de apenas de 21.605.366€, o que representou uma taxa de execução de 87,6%.

De salientar que as receitas de funcionamento registaram um total de cativações de 539.518€ (FF 311).

A Receita de Investimento teve uma Previsão Inicial de 800.000€, que se manteve na Previsão Corrigida, mas que diminuiu para uma Receita Cobrada Líquida de 700.000€ (o que representou um grau de execução da receita cobrada de 87,5% sobre a previsão corrigida), por força da aplicação de uma cativação de 100.000€.

No total da receita da Reitoria em 2014 assume principal destaque a Receita de Funcionamento com um peso de cerca de 97%, quer na receita corrigida quer na cobrada. Pode também afirmar-se que a Receita de Investimento efetivamente cobrada significava apenas 3,0% no total da Receita da RUL.

O quadro que se segue dá nota da forma como evoluiu o Orçamento de Estado (Orçamento de Funcionamento e de Investimento), com o valor inicialmente aprovado, os reforços recebidos e as cativações.

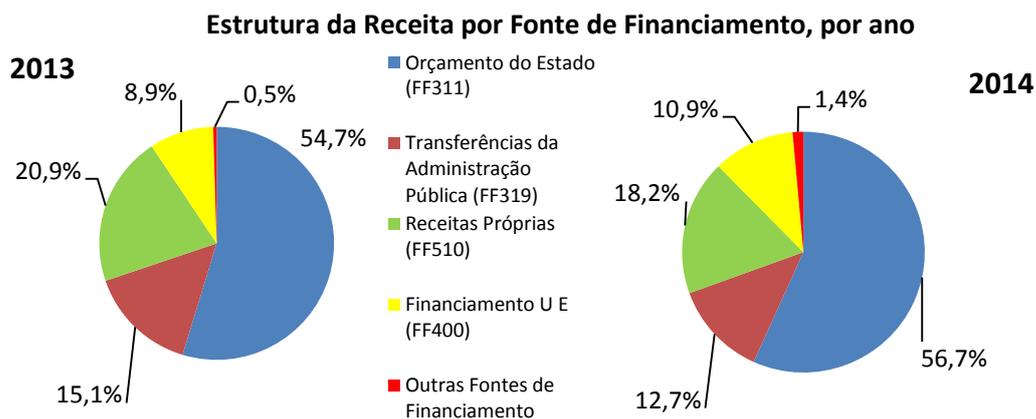
Euros							
Orçamento aprovado	Reforços PRMA	Reforços bolsas	1.º Reforço MEC	Orçamento corrigido em agosto	2.º Reforço MEC	Cativações	Orçamento líquido de cativos
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)+(3)+(4)	(6)	(a)	(b)=(5)+(6)-(a)
12.687.155	47.228	244.244	266.825	13.245.452	351.518	639.518	12.957.452

Fonte: SIGO 2014

O Orçamento de Estado aprovado cifou-se em 12.687.155€, teve vários reforços até Agosto onde ascendia ao valor corrigido de 13.245.452€ (significando um aumento de 4,4%), recebeu novo reforço e foi ainda submetido a cativações, registando um valor final de 12.957.452€, o que representou um acréscimo de 2,1% relativamente ao orçamento inicialmente aprovado.

A estrutura da receita pelas suas diferentes fontes de financiamento é a apresentada no quadro e gráficos seguintes:

Orçamento do Estado (FF311)		Transferências da Administração Pública (FF319)		Receitas Próprias (FF510)		Financiamento U E (FF400)		Outras Fontes de Financiamento		Total da Receita de Funcionamento	
2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
14.765.156	12.257.452	4.074.459	2.750.305	5.639.897	3.927.840	2.391.227	2.360.855	126.391	308.914	26.997.130	21.605.366



O Orçamento de Estado representou de longe a maior fatia do total da receita, tendo representado 54,7% em 2013 (14.765.156€) e 56,7% em 2014 (12.257.452€); seguem-se as Receitas Próprias que passaram de 20,9% em 2013 (5.639.897€) para um valor ligeiramente inferior de 18,2% em 2014 (3.927.840€); as Transferências da Administração Pública representavam 15,1% em 2013 (4.074.459€) e passaram para o valor relativo de 12,7 % em 2014 (2.750.305€); o Financiamento da UE passou de 8,9% em 2013 (2.391.227€) para um valor ligeiramente mais elevado de 10,9% em 2014 (2.360.855€); finalmente, as Outras Fontes de Financiamento apenas representavam 0,5% em 2013 (126.391€) e 1,4% em 2014 (308.914€).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição das Receitas Próprias (FF510) da RUL por classificação Económica.

Classificação económica	Euros					Variação anual
	2014				2013	
	Previsão corrigida	Peso previsão corrigida no total	Receita cobrada líquida	Peso receita cobrada líquida no total	Receita cobrada líquida	
		(1)		(2)	(3)=1-((2)/(1))	
04 Taxas, multas e outras penalidades	876.578,00	18,80%	605.375,77	15,40%	723.765,04	-19,6%
05 Rendimentos de Propriedade	56.221,00	1,20%	56.220,73	1,40%	35.379,61	37,1%
06 Transferências Correntes	2.198.288,00	47,10%	2.101.903,98	53,50%	2.253.106,21	-7,2%
07 Vendas de bens e serviços correntes	1.508.351,00	32,30%	1.139.034,73	29,00%	1.345.371,57	-18,1%
08 Outras receitas correntes	0	0,00%	0	0,00%	6336,74	
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	25.306,00	0,50%	25.305,06	0,60%	1.743.406,41	-6789,6%
Total das Receitas Próprias	4.664.744,00	100,00%	3.927.840,27	100,00%	6.107.365,58	-55,5%

Fonte: Mapa de Controlo Orçamental da Receita 2014 e Sigo 2013

Relembra-se que a fusão da Universidade Técnica de Lisboa com a Universidade de Lisboa se efetivou no final de julho de 2013, existindo nesse ano três encerramentos de contas (UTL, UL e ULisboa), o que condiciona fortemente a análise comparativa dos dois anos.

Pode verificar-se que as Transferências Correntes e as Vendas de bens e serviços correntes assumem um elevado peso no total das receitas próprias da RUL, com respetivamente 53,5% e 29,0% nas receitas cobradas liquidas. Nas Vendas de bens e serviços correntes incluem-se os valores cobrados em alimentação e alojamento, aluguer de espaços e equipamentos, estudos, pareceres, projetos e consultadoria, publicações e impressos e serviços sociais, recreativos, culturais. As Transferências Correntes incluem verbas recebidas de Bancos e outras instituições financeiras, Famílias, Instituições sem fins lucrativos, Países terceiros e Organizações Internacionais e Privadas; Do seu valor total 2.101.903€, 87% corresponderam a transferências relativas ao protocolo entre a ULisboa e a CGD (1.829.169€) para o desenvolvimento de atividades curriculares.

De referir, ainda, que as Taxas, multas e outras penalidades incluem o valor das propinas cobradas aos alunos dos ciclos de estudo que se organizam sob gestão direta da Reitoria, no montante de 294.221,93€, face aos 257.650€ relativos a 2013, valor que se justifica pelo ligeiro aumento do nº de alunos nos anos em causa e pela cobrança de propinas em atraso relativas a alunos de doutoramento.

DESPESA

As despesas da RUL por classificação económica estão representadas no quadro e gráficos seguintes:

							Euros
2014							
Classificação Económica	Dotação Inicial	Cativos	Dotação inicial	Dotação corrigida	Compromissos	Despesa Paga	Grau de execução Dotação corrigida
	(1)	(2)	(3) = (1) – (2)	(4)	(5)	(6)	(7) = (6)/(4)
Orçamento de Funcionamento							
01 Despesas com o pessoal	8.899.633		8.899.633	10.444.712	8.351.397	8.351.397	80,0%
02 Aquisição de bens e serviços	6.649.136	539.518	6.109.618	6.367.077	2.827.498	2.817.706	44,3%
03 Juros e outros encargos	138		138	354	238,86	238,86	67,5%
04 Transferências correntes	2.759.813		2.759.813	8.345.918	7.115.589	7.115.589	85,3%
06 Outras despesas correntes	743.283		743.283	7.757.045	224.496	223.481	2,9%
07 Aquisição de bens de capital	733.936		733.936	1.601.540	645.783	552.258	34,5%
Total orçamento de funcionamento (a)	19.785.939	539.518	19.246.421	34.516.646	19.165.002	19.060.670	55,2%
Orçamento de Investimento							
02 Aquisição de bens e serviços	130.000	16.250	113.750	195.969	107.990	107.990	55,1%
07 Aquisição de bens de capital	670.000	83.750	586.250	5.615.940	1.046.841	928.709	16,5%
Total orçamento de investimento (b)	800.000	100.000	700.000	5.811.909	1.154.831	1.036.699	17,8%
Total orçamento (a)+(b)	20.585.939	639.518	19.946.421	40.328.555	20.319.833	20.097.369	49,8%

Fonte: MFC 2014

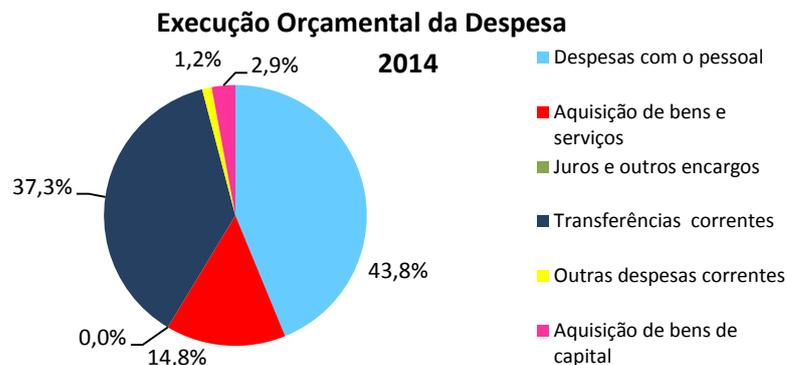
A execução da despesa da RUL cifrou-se, no ano em análise, no montante de 20.097.369€. Destacam-se os montantes das cativações que atingiram o valor de 639.518€, dos quais 84,4% de funcionamento e 15,6% de investimento. A dotação corrigida inclui a aplicação em despesa de saldos transitados de 2013, explicando a

diferença expressiva relativamente à dotação inicial. Refira-se, ainda, que no orçamento total da despesa da RUL 94,8% respeita a Orçamento de Funcionamento e 5,2% a Orçamento de Investimento.

Do Orçamento de Funcionamento da RUL foram pagos, em 2014, 19.060.670€ de despesas, maioritariamente afetas às Despesas com pessoal e Transferências correntes com, respetivamente, um peso de 43,8% e 37,3%, tal como se pode observar no gráfico abaixo.

Da análise do quadro acima apresentado destaca-se ainda que as Despesas com o pessoal tiveram uma dotação corrigida superior à inicial, no valor de 1.545.079€, e tiveram um grau de execução de 79,9%. A rubrica de Transferências correntes foi executada a 85,3 %, com uma despesa paga de 7.115.589€, que compara com o valor de dotação corrigida de 8.345.918€. A rubrica de Aquisição de bens e serviços teve uma despesa paga de 2.817.706€, que traduz um grau de execução de 44,3% relativamente à dotação corrigida que era de 6.367.077€, e apenas ligeiramente inferior à dotação inicial.

Do Orçamento de Investimento assume preponderância, com o peso de 89,6%, a Aquisição de bens de capital, que mesmo assim evidencia uma baixa taxa de execução (apenas 17,8%). Estava inscrita na dotação corrigida o valor para a execução da obra do Edifício Camara Pestana e da Faculdade de Farmácia, cuja execução se situou abaixo do previsto.



O quadro que segue permite detalhar as despesas com o pessoal pelas suas diferentes componentes/rubricas:

2014							2013	Variação Despesas com Pessoal
Remunerações Certas e Permanentes	Abonos Variáveis ou Eventuais	CGA	SS	ADSE	Outras	Total Despesas com Pessoal	Total Despesas com Pessoal	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)	-8	(9)=((7)-(8))/(7)
6.236.620	539.214	717.057	718.270	61.184	79.051	8.351.397	12.129.315	-45,2%

Fonte: MFC 2014

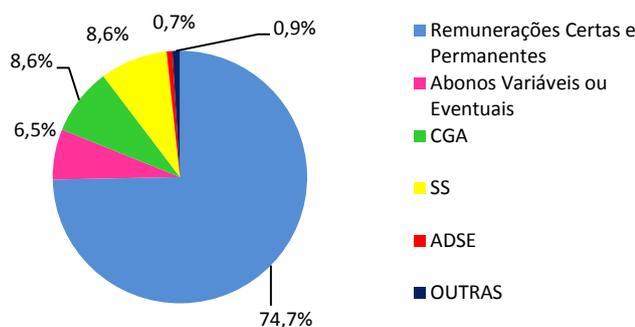
Como se pode verificar, as despesas com o pessoal desdobram-se por várias rubricas, nomeadamente, as de Remunerações Certas e Permanentes, Abonos Variáveis ou Eventuais, CGA, SS, ADSE e outras.

Da análise do quadro supra pode concluir-se que entre 2013 e 2014 o total das despesas de pessoal da RUL diminuiu 45,2%, passando de 12.129.315€ para 8.351.397€, em parte devido à aposentação e mobilidade interna ocorrida ainda em 2013 que produziu efeitos na redução das despesas de pessoal em 2014, ao qual acresceram as saídas de 99 pessoas durante o próprio ano de 2014. Houve todavia um acréscimo de encargos de 345.186€ que resultou do

acórdão do Tribunal Constitucional, o qual determinou a inconstitucionalidade das reduções remuneratórias na Lei do Orçamento de Estado para 2014 e o aumento da taxa de contribuição para a Caixa Geral de Aposentações.

No gráfico seguinte apresentam-se as diferentes componentes das Despesas com pessoal, sendo possível observar que as Remunerações Certas e Permanentes representaram 74,7% do total. A Caixa Geral de Aposentações e a Segurança Social tiveram um peso igual peso (8,6%) e a ADSE representou um valor relativo de 6,5%.

Desagregação das despesas com pessoal em 2014



Refira-se, para finalizar, que os saldos transitados de 2013 para 2014 apresentam um ligeiro acréscimo, apesar da redução verificada de saldos de todas as fontes de financiamento, com exceção da fonte do OE que apresenta um acréscimo de 3.714.730,36€. Os saldos de funcionamento transitados em 2014 representam mais 2.544.697€ que os saldos transitados de 2013.

Contudo, é importante salientar também que a redução de despesas com pessoal entre 2013 e 2014 foi de 3.777.918€ (12.129.315€ em 2013 e 8.351.397€ em 2014); ou seja, grande parte do aumento de saldo pode ser atribuído à redução de despesa com pessoal em 2014. Na realidade, e caso não tivesse ocorrido redução dos encargos com pessoal, o saldo de funcionamento em 2014 seria menor que o de 2013 em 1.569.920 €.

Saldos transitados	2013	2014
Orçamento de Funcionamento		
FF OE	4.414.139,25	8.128.869,61
FF UE	2.306.058,57	1.570.367,96
FF RP	4.425.317,50	3.990.974,59
Total Saldos Orçamento de Funcionamento	11.145.515,32	13.690.212,16
Orçamento de Investimento		
FF OE	4.496.683,53	4.166.118,27
FF RP	515.228,92	509.095,16
Total Saldos Orçamento de Investimento	5.011.912,45	4.675.213,43
Total de Saldos Transitados	16.157.427,77	18.365.425,59

Fonte: MFC 2014

ANÁLISE PATRIMONIAL

ANÁLISE DO BALANÇO

O total do Ativo Líquido passou de 547.060.101€ em 2013 para 550.525.273€ em 2014, o que se traduz num acréscimo de 0,6% que é sobretudo devida ao aumento de 8,7% verificado no Ativo Circulante, já que o Ativo Fixo apenas aumentou em 0,3%.

O Ativo Fixo da RUL que atinge em 2014 o valor de 525.266.761€ é composto maioritariamente por Imobilizações Corpóreas que atingem o valor de 520.840.227€, representando assim 99% do total do Ativo Fixo. Destacam-se nas Imobilizações Corpóreas os Terrenos e Recursos Naturais que atingem o valor de 486.540.369€, sendo que os Edifícios e Outras Construções, a segunda maior componente, representam apenas 30.242.962€. Em qualquer destes dois componentes houve acréscimos significativos já que os Terrenos e Recursos Naturais tinham em 2013 o valor de 457.270.179€ e os Edifícios e Outras Construções se cifravam nesse mesmo ano em apenas 19.210.225€. Estes acréscimos ficam a dever-se à transferência de terrenos e edifícios (Museu e Palácio Burnay) que se encontravam contabilizados em bens de domínio público mas que por força do DL 266-E/2012, de 31 de dezembro, deveriam ter sido inscritos em imobilizações corpóreas. Por outro lado, as Imobilizações em Curso também registaram um apreciável acréscimo tendo passado de 1.862.525€ em 2013 para os 2.932.529€ em 2014.

Quanto ao Ativo Circulante deve dizer-se que ele apenas representava 4,4% do total do Ativo em 2014, com um valor de 24.372.298€, que aumentou em 8,7% relativamente ao valor de 2013 que era de 22.414.175€ (tendo aí representado 4,1% do total do Ativo Circulante).

Neste mesmo Ativo assume destaque a rubrica de Dívidas de Terceiros (curto prazo) com um valor de 5.900.808€, com um peso de 24,2% e que diminuiu relativamente ao valor de 2013 que tinha sido de 6.108.554€.

A desagregação das dívidas de terceiros inclui os montantes devidos por clientes e por alunos. A diminuição dos clientes resulta da implementação de novos procedimentos relativos ao controlo de cobranças que permitiram uma gestão mais eficiente das dívidas de clientes.

Relativamente às dívidas de alunos verificou-se um acréscimo acentuado de 216.419€ (+92%), o qual poderá ser resultado das maiores dificuldades que as famílias enfrentam para suportar os custos da frequência universitária.

As provisões para cobranças duvidosas ascenderam a 486.903€ das quais 286.512€ respeitavam a dívidas de alunos, 145.066€ de clientes e 55.323€ da Fundação da Universidade de Lisboa (FUL), valor que apresenta um decréscimo face ao ano transato (570.521€) conforme 8.2.31 da ABDR.

Nesta rubrica encontram-se dívidas de clientes de curto prazo no montante de 644.192,07€, 37.416€ a receber do Estado e Outros Entes Públicos e os outros devedores, cujo montante ascende a 5.219.199€ e provém de diversas Faculdades e Institutos, dos Serviços de Ação Social, da CGD, da FCT, de parceiros de projetos de investigação e do Projeto SAMA, este no valor de 473.382€.

Os Títulos Negociáveis também assumiram destaque ao significarem em 2014 o valor de 10.000.000€, aumentando 23,8% relativamente ao valor de 2013 (8.080.000€) em virtude do atraso na execução de algumas obras em curso (edifício Camara Pestana) o que proporcionou a existência temporária de excedentes. Em virtude deste aumento foi estabelecida uma política de aplicação dos excedentes de tesouraria (CEDICS) de forma a rentabilizar os capitais disponíveis. Na conta do Tesouro, Depósitos e Caixa estavam 8.420.161€, evidenciando um acréscimo de 2,8% face ao valor de 8.190.727€ do ano anterior. Finalmente, a rubrica de Outros Devedores apresentava o valor de 5.219.200€ em 2014, o que revela uma diminuição sobre o valor de 5.545.023€ do ano anterior.

Estrutura do Ativo	Euros				
	2014	Peso no total do Ativo (%)	2013	Peso no total do Ativo (%)	Variação anual
Ativo Fixo	525.266.761	95,4	523.675.363	95,7	100,3%
-Bens de Domínio Público	324.085		40.256.404		0,8%
Terrenos e recursos naturais			26.268.614		
Edifícios	324.085		13.987.790		
-Imobilizações Incorpóreas	173.548		135.413		128,2%
Imobilizações em curso	173.548		135.413		
-Imobilizações Corpóreas	520.840.227		479.793.865		108,6%
Terrenos e recursos naturais	486.540.369		457.270.179		
Edifícios e outras construções	30.242.962		19.210.225		
Equipamento básico	110.558		130.317		
Equipamento de transporte	0		115		
Ferramentas e utensílios	23.971		32.372		
Equipamento administrativo	622.202		813.744		
Imobilizações em receção	4.570				
Outras imobilizações corpóreas	363.065		474.390		
Imobilizações em curso	2.932.529		1.862.525		
-Investimentos Financeiros	3.928.901		3.489.681		112,6%
Obrigações e títulos de participação	3.928.901		3.489.681		
Ativo Circulante	24.372.298	4,4	22.414.175	4,1	108,7%
-Existências	51.329		34.894		147,1%
-Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	5.900.808		6.108.554		96,6%
Clientes, conta corrente	192.113		295.920		
Contribuintes, conta corrente	452.080		235.660		
Estado e outros entes públicos	37.416		31.951		
Outros devedores	5.219.200		5.545.023		
-Títulos negociáveis	10.000.000		8.080.000		123,8%
-Conta no Tesouro, Depósitos e Caixa	8.420.161		8.190.727		102,8%
Acréscimos e Diferimentos	886.214	0,2	970.563	0,2	91,3%
Total do Ativo	550.525.273	100,0	547.060.101	100,0	100,6%

Fonte: Balanço 2014

O quadro que se segue apresenta o Ativo Imobilizado desdobrado pelas suas diferentes componentes e com os diversos movimentos que se registaram ao longo do ano de 2014, incluindo regularizações, abates, autos de cedência e as próprias amortizações.

Conforme se pode verificar, nas Imobilizações Incorpóreas verificou-se um aumento em 2014 de 38.135€, que fez com que o seu valor líquido final ficasse em 173.585€, de acordo com o ponto 8.2.6 do ABDR.

O aumento ocorrido na rubrica de “Edifícios de domínio público” corresponde ao reconhecimento do Forte de Nossa Senhora da Guia, decorrente do Decreto-Lei n.º 266-E/2012, de 31 de dezembro. O acréscimo ocorrido na rubrica “Terrenos e recursos naturais” corresponde ao reconhecimento da parcela de terreno - residência Polo Universitário Ajuda, no valor de 2.212.668,76 euros e ao reconhecimento da parcela de terreno - ampliação Polo Universitário Ajuda, no valor de 3.500.213,09 euros. Já a redução ocorrida na rubrica “Terrenos e recursos naturais” corresponde ao não reconhecimento nas contas da Universidade de Lisboa do Terreno do Palácio Burnay, uma vez que o mesmo apenas se encontra cedido à Universidade de Lisboa para prossecução dos seus fins, não sendo titular do mesmo. O Equipamento básico, o Equipamento de transporte que foi completamente amortizado, e o Equipamento administrativo viram reduzir significativamente os seus valores de 2013 para 2014. As Imobilizações em curso

aumentaram de 1.862.525€ em 2013 para 2.932.529€ em 2014 por via das obras que se encontravam a decorrer no final de 2014, destacando-se o edifício do IBCP com valor de 2.096.015€, o novo edifício do IOP com 458.104€, o projeto do Caleidoscópio com 173.548€ e o projeto de conservação da FMD tal como descrito no ponto 8.2.12 da ABDR.

Ativo Imobilizado	2014							2013	
	Ativo líquido	Regularizações	Aumentos	Abates	Autos de Cedência	Transferências	Amortizações	Ativo Bruto	
Ativo Fixo									
Bens de Domínio Público	324.085	0	328.290	0	0	-66.185.854	4.205	66.185.854	
Terrenos e recursos naturais	0					-26.268.614		26.268.614	
Edifícios	324.085		328.290			-39.917.240	4.205	39.917.240	
Imobilizações Incorpóreas	173.548	0	38.135	0	0	0	0	135.413	
Imobilizações em curso	173.548		38.135					135.413	
Imobilizações Corpóreas	520.840.227	-106.105	7.466.140	-6.095.987	-109.987	66.185.854	54.653.970	508.154.283	
Terrenos e recursos naturais	486.540.369	1.194.245	5.712.882	-3.905.550		26.268.614		457.270.179	
Edifícios e outras construções	30.242.962	-1.194.245	2.807	-1.401.290		40.210.726	44.169.028	36.793.993	
Equipamento básico	110.558		12.314				1.737.373	1.835.617	
Equipamento de transporte	0						138.131	138.131	
Ferramentas e utensílios	23.971		630				109.643	132.984	
Equipamento administrativo	622.202		149.585	-641.330			7.300.864	8.414.811	
Outras imobilizações	363.065		3.769	-147.816			1.198.931	1.706.044	
Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	2.932.529	-106.105	1.579.582		-109.987	-293.485		1.862.525	
Imobilizado em receção	4.570		4.570					0	
Investimentos Financeiros	3.928.901	0	439.221	-1	0	0	0	3.489.681	
Obrigações e títulos de participação	3.928.901		439.221	-1				3.489.681	
Total Ativo Fixo	525.266.761	-106.105	8.271.786	-6.095.988	-109.987	0	54.658.175	577.965.231	

Fonte: Balanço e ABDR 2014

Finalmente, os Investimentos Financeiros aumentaram em 439.221€, devido ao valor investido em Obrigações e títulos de participação, o que determinou que o valor final em 2014 daqueles Investimentos fosse de 3.928.901€, por via das participações detidas no capital do TagusPark, da Fundação das Universidades Portuguesas (UTL e UL) e no INESC.

No quadro seguinte apresenta-se a composição dos Fundos Próprios.

Fundos Próprios	2014	(%)	2013	(%)	Variação anual
Património	510.926.348	95,5%	508.791.826	95,8%	0,1%
Ajustamentos em partes de capital	1.148.324	0,2%	709.103	0,1%	61,9%
Doações	-363.206	-0,1%	-376.834	-0,1%	-3,6%
Reservas	19.490.239	3,6%	19.606.415	3,7%	-0,6%
Resultados transitados	2.196.310	0,4%	-441.566	-0,1%	-525,2%
Resultado do Exercício	1.663.762	0,3%	2.676.252	0,5%	109,8%
Total de Fundos Próprios	535.061.777	100,0%	530.965.197	100,0%	1,2%

Fonte: Balanço 2014

O total dos Fundos Próprios atingiu o montante de 535.061.777€ em 2014, dos quais 95,5% com o valor de 510.926.348€ correspondem à rubrica Património. O Resultado do Exercício correspondeu ao valor de 1.663.762€, isto é a 0,3% do total dos Fundos Próprios, e sofreu um decréscimo. De notar também que o total das Reservas já atingiu em 2014 os 19.490.239€, o que mesmo assim revela a ligeira diminuição de 0,6% entre os dois anos.

A RUL não tem Passivo de Médio e longo prazo. Quanto ao Passivo de Curto Prazo, no que respeita às Dívidas a Terceiros a situação é a que consta do quadro seguinte. Aí se constata que essa parcela do Passivo atingiu o valor de 310.343€ em 2014, tendo diminuído largamente dos 924.951€ verificados em 2013, isto é, menos 66,4%. Nas Dívidas a Terceiros assume papel destacado a rubrica de Estado e outros entes públicos (dívida de impostos) com 216.448€ (representando 69,7% do total deste tipo de Passivo). Esta dívida ao Estado é sobretudo devida ao IVA no valor de 189.806€ e às retenções de impostos sobre rendimentos no montante de 23.284€.

Dívidas a Terceiros	2014	(%)	2013	(%)	Varição anual
Fornecedores, conta corrente	10.406	3,4%	207.368	22,4%	-95,0%
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	701	0,2%		0,0%	0,0%
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	19.567	6,3%	36.158	3,9%	-45,9%
Estado e outros entes públicos	216.448	69,7%	161.172	17,4%	34,3%
Outros credores	63.220	20,4%	520.253	56,2%	-87,8%
Total	310.343		924.951		-66,4%

Fonte: Balanço 2014

As Provisões para riscos e encargos apresentam os valores constantes do quadro seguinte. O desagregar da conta Provisões para riscos e encargos encontra-se expresso no ponto 8.2.31 do ABDR, sendo que parte desse montante respeita a processos em contencioso.

Passivo	2014	(%)	2013	(%)	Varição anual
Provisões para riscos e encargos	1.077.235	100,0%	1.247.852	100,0%	-13,7%
Total	1.077.235		1.247.852		-13,7%

Fonte: Balanço 2014

A rubrica Acréscimos e Diferimentos tem a composição constante do quadro que se segue. Aí se verifica que o total dos Acréscimos e Diferimentos atingiu em 2014 os 14.075.917€, revelando um aumento de 10% relativamente ao ano anterior. Da decomposição da referida rubrica resulta que o Acréscimo de custos valia 2.293.373€ em 2014 respeitantes a remunerações a pagar (815.483€) e outros acréscimos no montante de 1.477.889€; os Proveitos diferidos representavam 83,7% do total dos Acréscimos e Diferimentos, valendo em 2014 os 11.782.545€, isto é, mais 4,3% do que em 2013 (ano em que se cifraram em 11.300.782€), ficando a dever-se, essencialmente, a Subsídios para investimentos (9.192.779€), sendo também significativos os Projetos de Investigação com o valor de 1.315.319€ e Outros proveitos diferidos com o valor de 1.274.445 (conforme ponto 8.2.39 do ABDR).

De referir que a Reitoria é beneficiária de dois projetos SAMA, financiados pela AMA, cujos montantes aprovados se encontram refletidos nos proveitos diferidos. Sobre estes projetos SAMA deve referir-se que o processo de Modernização Administrativa e Tecnológica da ULisboa, engloba duas iniciativas a decorrer entre 2014 e 2015, que são a implementação de um Sistema Financeiro Integrado para a Universidade (SAMA 3) e, a implementação de Modelo de Cloud Services (SAMA 4), este último visando a melhoria das condições do Data Centers e a disponibilização de serviços core IT na Cloud. No conjunto destes dois projetos a Universidade contou com um financiamento superior a 1,7M€ para a modernização dos seus sistemas de informação e redes de dados. Durante o ano de 2014 foram preparadas todas as peças contratuais do concurso internacional para a implementação do Sistema Financeiro Integrado (SAMA 3) e foi, igualmente, lançado o concurso internacional para a implementação de um modelo Cloud Services com o objetivo de renovar tecnologicamente a infraestrutura de Core Switching, a

infraestrutura de Switching de Agregação e Acesso de algumas Escolas, bem como a modernização tecnológica do sistema de rede sem fios (wireless) da Universidade de Lisboa.

Acréscimos e Diferimentos	2014	(%)	2013	(%)	Variação anual
Acréscimo de custos	2.293.373	16,3%	2.621.319	18,8%	-12,5%
Proveitos diferidos	11.782.545	83,7%	11.300.782	81,2%	4,3%
Total	14.075.917		13.922.101		1,1%

Fonte: Balanço 2014

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

No quadro seguinte apresenta-se a estrutura de Custos e Perdas da RUL.

Custos e Perdas	2014	Peso no Total dos Custos	Peso no Total dos Custos Operacionais	Euros		
				2013	Peso no Total dos Custos	Peso no Total dos Custos Operacionais
Custos Operacionais	18.767.069	91,1%		24.706.236	99,2%	
- Custo das Mercadorias vendidas e matérias consumidas	41.843		0,2%	58.524		0,2%
- Fornecimento e Serviços Externos	2.550.456		13,6%	4.583.765		18,6%
- Custos com Pessoal:	7.805.710		41,6%	11.768.578		47,6%
- Remunerações	6.364.591			9.726.242		
- Encargos Sociais	1.441.119			2.042.336		
- Transferências Correntes Concedidas	6.849.192		36,5%	5.554.374		22,5%
- Amortizações do Exercício	1.285.316		6,8%	1.560.987		6,3%
- Provisões do Exercício	138.219		0,7%	996.634		4,0%
- Outros Custos e Perdas Operacionais	96.334		0,5%	183.374		0,7%
Custos e Perdas Financeiras	1.741	0,0%		4.866	0,0%	
Custos e Perdas Extraordinários	1.842.204	8,9%		195.649	0,8%	
Total de Custos e Perdas	20.611.014	100,0%		24.906.751	100,0%	

Fonte: Demonstração de Resultados 2014

O total de Custos e Perdas do ano é de 20.611.014€ e os Custos Operacionais são responsáveis por 91,1% desse valor.

Nos custos operacionais destacam-se os seguintes aspetos:

- Os Custos com o Pessoal são a rubrica que tem maior valor no total destes Custos, atingindo 41,6% e com o valor absoluto de 7.805.710€, dos quais 6.364.591€ correspondem às respetivas remunerações;
- A segunda rubrica com maior expressão é a das Transferências Correntes Concedidas que atingiu o valor de 6.849.192€ e representou 36,5% do total dos Custos Operacionais;
- Os Fornecimentos e Serviços Externos representaram apenas 13,6% do total destes Custos, com o valor de 2.550.456€;
- As Amortizações do Exercício ascenderam a 6,8% do total dos referidos Custos, com o correspondente valor de 1.285.316€;
- Finalmente, os Custos e Perdas Extraordinários significaram 8,9% do total dos Custos e Perdas, com o valor absoluto de 1.842.204€.

Podem ainda referir-se mais os seguintes elementos relativos à evolução verificada entre 2013 e 2014:

- Os Custos com o Pessoal reduziram-se significativamente, tendo passado dos 11.768.578€ para apenas 7.805.710€, tendo concomitantemente diminuído a sua quota-parte do total dos Custos Operacionais dos 47,6% em 2013 para os acima referidos 41,6%, o que fica a dever-se como já acima referido à redução do quadro de pessoal afeto à RUL;
- As Transferências Correntes Concedidas aumentaram dos 5.554.374€ de 2013 para os 6.849.192€ em 2014; o que fez com que o valor relativo desta rubrica tenha aumentado de 22,5% do total para os 36,5% em 2014; Nestas transferências correntes assumem principal relevo as Bolsas Erasmus que ascenderam a um valor de 2.404.903€ e um conjunto de transferências para diversas entidades no valor de 4.061.254€.
- Os Custos e Perdas Extraordinários, que atingem o valor de 1.842.204€ em 2014, e ficam a dever-se essencialmente ao valor das Perdas em Imobilizações que ascenderam ao montante de 1.243.400€ e às Correções relativas a exercícios anteriores que ascenderam a 597.102€;
- Finalmente tem de dizer-se que o total dos Custos e Perdas se reduziu dos 24.906.751€ de 2013 para os 20.611.014€ de 2014, o que representa uma diminuição de 17,2%.

No quadro seguinte apresenta-se a estrutura de Proveitos e Ganhos da RUL.

Proveitos e Ganhos	Euros					
	2014	Peso no Total dos Proveitos	Peso no Total dos Proveitos Operacionais	2013	Peso no Total dos Proveitos	Peso no Total dos Proveitos Operacionais
Proveitos Operacionais	21.117.838	94,8%		25.072.418	90,9%	
Vendas e prestações de serviços	579.224		2,7%	630.404		2,5%
Impostos, taxas e outros	607.383		2,9%	755.123		3,0%
Proveitos Suplementares	464.619		2,2%	453.436		1,8%
Transf. e subsídios correntes obtidos-Outras	19.466.613		92,2%	23.233.454		92,7%
Proveitos e Ganhos Financeiros	54.271	0,2%		37.485	0,1%	
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.102.667	5,0%		2.473.101	9,0%	
Total de Proveitos e Ganhos	22.274.776	100,0%		27.583.003	100,0%	

Fonte: Demonstração de Resultados 2014

Na estrutura de Proveitos e Ganhos verifica-se que os Proveitos Operacionais representaram 94,8% do total, com o valor de 21.117.838€, sendo que os Proveitos e Ganhos Extraordinários representaram 5,0%, com o respetivo valor de 1.102.667€. Estes proveitos e ganhos extraordinários devem-se à redução de amortizações e provisões, correções relativas a exercícios anteriores e outros proveitos e ganhos extraordinários conforme 8.2.38 do ABDR. No total dos Proveitos e Ganhos a rubrica de Transferências e subsídios correntes obtidos tinha uma representatividade esmagadora, significando 92,2% com o valor de 19.466.613€ que correspondem às transferências do orçamento de estado no valor de 12.957.452€, ao programa Erasmus com o montante de 2.736.467€ e ainda a projetos de investigação em que a ULisboa é proponente ou parceira. As Vendas e prestações de serviços tinham muito pouco significado ao representarem apenas 2,7% do total dos Proveitos e Ganhos, destacando-se os artigos de *merchandising*, os serviços de alimentação e alojamento, a realização de estudos, as ações de formação e seminários e sobretudo as entradas em Museus. Quanto à rubrica de Impostos, taxas e outros verificou-se que ascendiam a um valor de 607.383€, correspondendo a 2,9% do total dos Proveitos e Ganhos.

De referir, ainda, que a Reitoria obteve o montante de 54.270€ em proveitos financeiros respeitantes a juros obtidos.

Relativamente aos Resultado do exercício ele ascendeu ao montante de 1.663.762€ que representam uma redução na ordem dos 38%.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE SOLVABILIDADE E LIQUIDEZ

Apresenta-se em seguida o quadro com a evolução dos indicadores de solvabilidade e de liquidez da RUL.

Indicadores	2013	2014
Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Ativo Total)	0,97	0,97
Solvabilidade (Fundos Próprios/Capitais Alheios)	244,37	385,61
Endividamento (Capitais Alheios/Ativo Total)	0,004	0,003
Liquidez Geral (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	24,23	78,53
Liquidez Reduzida (Ativo Circulante - Existências)/Passivo Circulante	24,20	78,37
Liquidez Imediata (Disponibilidades/Passivo Circulante)	17,59	59,35

O rácio de autonomia financeira apresenta um valor idêntico em 2013 e 2014 e bastante próximo da unidade, o que significa que os Fundos Próprios financiam quase integralmente o Ativo e dão à RUL um grau elevado de autonomia financeira. Já o rácio de solvabilidade dá nota de que a RUL tem um nível de Fundos Próprios muito superior ao dos Capitais Alheios, o que lhe confere em termos teóricos uma solvabilidade muito elevada. Quanto aos rácios de liquidez, todos eles revelam um elevadíssimo grau de liquidez, o que não denota qualquer dificuldade de tesouraria e permite realizar os pagamentos devidos em tempo e sem quaisquer necessidades de protelamento.